

# O NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL\*

Dante de Laytano\*\*

## PRIMEIRA PARTE – ASPECTO DEMOGRÁFICO

Como encontrar as origens da entrada do negro no extremo sul do Brasil?

Existiram ou não negros nas bandeiras paulistas que penetraram no Rio Grande?

As palavras – "negro" e "negra" significarão africano? O que nos garante? Qual a autoridade para isso nos asseverar? "A interpretação de que estas palavras significam ameríndios está evidente", escreve Alfredo Elis Júnior, referindo-se ao estudo da palavras "negro" e "negra" nos documentos da época bandeirante, em seu "Resumo da História de São Paulo (Quinhentismo e Seiscentismo)".

Se há dúvida com a interpretação das palavras negro e negra, o que dizer do termo escravo? Escravo índio ou escravo africano? Quando nas peças, documentos, inventários e testamentos e atos encontramos apenas a palavra escravo? Taunay e Teschauer não fazem, como quase todos os historiadores do assunto, referência à existência de africanos nas bandeiras. O pesquisador poderá somente usar documentos precisos, se está realmente interessado em não aumentar a confusão reinante.

\* Trabalho apresentado no I Seminário de Cultura Gaúcha. Porto Alegre, RS. 1957.

\*\* Prof. Emérito da PUCRS

## **I – Silva Paes – 1737**

No "Índice da Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades" (1718-1763), in "Publicações do Arquivo Nacional", vol. VIII, notamos, na correspondência recebida pelo governador Gomes Freire de Andrade, uma carta enviada, em 12 de abril de 1737, pelo Brigadeiro da Silva Paes, do Rio Grande, nesse mesmo ano que ele inaugurava os fundamentos de nova cidade, ponto de partida para o povoamento da futura capitania de São Pedro.

A carta de Silva Paes a Gomes Freire é fazendo sentir que existiam moradores desejosos de se estabelecerem no Rio Grande (onde apenas se cogitara de fortificações e um presídio militar) e que naturalmente a maioria desses moradores era composta de residentes portugueses na Colônia do Sacramento; sugeria o fundador do Rio Grande auxílios aos novos povoadores, principalmente na "ida dos escravos dos moradores para lá (Rio Grande) sem pagarem direitos".

Apenas no terceiro mês de posse sistemática e efetiva do Rio Grande, já temos informes da presença de escravos pretos nestas novas terras.

## **II – Ribeiro Coutinho – 1738**

Ao terminar o ano de 1738, entre as cartas que o Governador do Rio de Janeiro, de quem dependia a administração do sul do Brasil, endereçava ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho, governador do Rio Grande e comandante das tropas, consta uma sobre "escravo fugido do capitão Fernando C. de Melo" e é bem cedo, para somente um ano de povoamento oficial, registrar-se um fato dessa natureza; a outra carta é remetendo "soldados, escravos e dinheiro".

Temos, assim, alguns esclarecimentos sobre a vinda contínua do elemento negro, aliado indispensável do colonizador.

Afinal com soldados, escravos e dinheiro poder-se-ia realizar alguma coisa estável e segura em matéria de povoamento.

No ano seguinte da fundação do presídio no Rio Grande, com que se marca o início da colonização dessa região do Sul do Brasil, na correspondência entre Silva Paes e Gomes Freire (então governador do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo) que andava pelas Minas Gerais, sabe-se da "prisão de soldados por terem roubado uma negra".

Não é a prisão de um soldado, mas de soldados.

A súmula de correspondência não diz o que os soldados roubaram da negra, evidentemente porque o próprio original disso não trata, mas o fato que a pena imposta foi severa, respeitando-se ou mandando que se respeitasse mesmo as posses de uma negra, posses que deveriam ser infimas.

### **III – José da Veiga – 1740**

Através de um termo de arrematação de contrato de escravos feito em 1740, três anos depois da colonização oficial do Rio Grande do Sul, lê-se que a certo José Ferreira da Veiga, então o arrematante, obrigava-se por lei, a pagar direitos para todos os escravos "que forem para Rio Grande e Ilha de Santa Catarina (pelos quais antes se dava fiança)".

Esse José Ferreira da Veiga desejava e obteve mesmo que a entrada de escravos para toda e qualquer parte do Brasil não fosse mediante fiança, mas, sim, por pagamento de direitos. No despacho da ordem que se expediu a um Domingos Roiz Bandeira ficou figurando que seria feito o pagamento de direitos "não só dos escravos que fossem para Minas, mas também os que fossem para Parati, Ilha Grande, Paranaguá, Santos, São Paulo".

O Governo despachou um contrato de venda de escravos obtido para o centro do país por tal Roiz, tendo logo em vista a ordem conseguida por Ferreira da Veiga para o Rio Grande.

### **IV – Livros de Batismo de Viamão – 1747**

"Os africanos que batizaram filhos no Viamão (um dos primeiros núcleos de povoamento do Rio Grande do Sul) eram naturais de Costa de Mina, Cabo Verde, Angola, Guiné e Congo" segundo Aurélio Porto no seu divulgado "Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul". Obra que infelizmente ficou no terceiro fascículo.

Referiu-se ele aos africanos que batizaram filhos no Viamão, porque compulsou os livros de batismo de 1747 a 1758, verificando 350 batizados ao todo, discriminados assim: 308 brancos, 21 índios, 21 pretos. Mas os índios e os africanos teriam batizado sempre seus filhos?

Ou o pequeno clã se permitiria o que é mais lógico, a uma vida sem os rigores da Igreja?

## V – Gomes Freire – 1751

Na verdade, por alvará de 1751, colecionado no "Index" citado, estabelecia-se "que não possam passar negros dos Portos de Mar para terras que não sejam dos Domínios Portugueses: que se não dê despachos a Escravos para a Colônia do Sacramento, ou outros lugares vizinhos à Raia Portuguesa, sem que fiquem afiançados nas provedorias desta cidade do Rio de Janeiro, ou Bahia relações dos Escravos, que naqueles lugares entraram, com declaração dos que morreram, ou faltaram para causa justa, ou por passarem por terras dos mesmos Domínios Portugueses".

Com a colônia do Sacramento ao lado do Rio Grande, o problema de contrabando de escravos se ia agravando cada vez mais.

As medidas de repressão procuraram sanar o mal para os cofres da coroa, mas em verdade é novo contingente humano de procedência africana que se tem de incluir entre a população meridional do Brasil, ou melhor, do Rio Grande do Sul, vindo por intermédio do Rio da Prata...

No "Index da Correspondência da Corte de Portugal com os Vice-Reis do Brasil no Rio de Janeiro" (de 1763 a 1807), que aparece como matéria do vol. III das "Publicações do Arquivo Nacional" deparamos com duas medidas que as autoridades de Lisboa ordenaram aos representantes no Brasil e que interessam ao problema do homem negro: uma dessas ordens dizia respeito à proibição da passagem de escravos para o domínio espanhol e mandando executar as disposições que vedam este comércio, e outra providenciava na diminuição do consumo da cachaça nos portos do Brasil e ao mesmo tempo que cuidava do aumento da sua exportação para a África.

A proibição da passagem de escravos para os domínios da Espanha, as fronteiras do sul, estava sendo levada a sério pelo governo desde muito, bem como do comércio de cachaça, como se verá em 1798, ao tempo do Conde de Rezende.

Naturalmente era isso, não só para impedir os prejuízos do erário português, como para também proteger a agricultura no sul que facilmente era trocada, por menos trabalhosa e de maior lucro, pela criação de gado.

## **VI – Custódio de Sá e Faria – 1767**

O Governador José Custódio de Sá e Faria, numa carta de 28 de maio de 1767, enviada ao Cel. José Marcelino de Figueiredo, sobre o ataque do Rio Grande, queixava-se da falta de cumprimento dos tratados da fronteira por parte dos espanhóis e dizia: "Fazendo-se nela fronteira as hostilidades que são notórias, não querendo restituir-nos o grande número de pretos escravos que não passaram a sua parte, havendo-se reclamado repetidas vezes, e respondendo o dito Comandante D. José de Molina a serviço de Madrid ser ato mui próprio da Soberania dos Reis admitir os ditos escravos, que fogem da Escravidão, como consta da Carta do dito de primeiro de outubro de 1765".

"Hostilidade feita aos Vassallos del Rey N. Sr. que tem experimentado tão grave prejuízo na falta dos ditos escravos..." acrescenta o governador.

## **VII – Aurélio Porto e o mapa do Tenente Córdova – 1780**

O mapa estatístico de 1780 do Tenente Córdova é o primeiro recenseamento que se conhece do Rio Grande do Sul.

Aurélio Porto, investigador realmente seguro, a quem se devem as pesquisas mais interessantes sobre a parte meridional da América Portuguesa, diz que do mapa do Tenente Córdova se pode fazer a seguinte conclusão: em cada 1.000 habitantes: 526 brancos, 285 pretos, 189 índios.

No mapa não se avalia o número de indígenas e o comentador, tendo em vista dados geográficos e históricos, faz uma recomposição muito natural e razoavelmente próxima da realidade.

Mas o que nos interessa é o homem africano e o apreciaremos através do mapa do Tenente Córdova, adaptado pelo historiador Aurélio Porto.

Pelo quadro se podem ver localidades com a população preta imensamente maior do que a branca e outros centros, em que o número de pretos quase alcança ao de brancos.

Toda a população do Rio Grande do Sul se computava em 1780 em 17.923 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: Madre de Deus, 1.512; Estreito, 1.254; Mostardas, 591; Viamão, 1.891; Santo Antônio, 1.189; Conceição do Arroio, 417; Aldeia dos Anjos, 2.355; Vacaria, 571;

Triunfo, 1.277; Taquari, 689; Santo Amaro, 720 e Cachoeira, 662; Rio Grande, 2.421; Rio Pardo, 2.374.

O quadro do Tenente Córdova, que foi recomposto pelo escritor Aurélio Porto é o seguinte:

Freguesias	Branços	Índios	Pretos	Total
Madre de Deus	871	96	545	1.512
Rio Grande	1.643	182	596	2.421
Estreito	880	97	277	1.254
Mostardas	360	40	191	591
Viamão	1.028	114	749	1.891
Stº Antônio	828	91	270	1.189
Conc. do Arroio	234	25	158	417
Aldeia dos Anjos	210	1.890	255	2.355
Vacaria	291	32	248	571
Triunfo	637	-	640	1.277
Taquari	580	-	109	689
Stº Amaro	512	-	208	720
Rio Pardo	1.317	438	619	2.374
Cachoeira	42	383	237	662
Totais	9.433	3.388	5.102	17.923

### VIII – Conde de Rezende – 1798

A fiança substituída pelo pagamento de direitos parece que marcou o início de entradas de negros numa escala muito maior no Rio Grande do Sul.

Esta ordem sobre escravos obtida para o extremo sul do Brasil e depois estendida para o resto do território consta do "Index Alfabético de Lei Alvarás, cartas Régias, Decretos, e mais ordens que há no arquivo

da Provedoria da Fazenda Real". Feito por determinação do Vice-Rei do Brasil (n. XXI – Pub. Arq. Nacional – 1923).

Temos mais uma informação oficial sobre a existência de negros no sul durante o século XVIII, e existência bem significativa para mover a corte portuguesa a uma providência enérgica que não poderia ser medida apenas burocrática, quando ainda deveria se ter em vista que o caso envolvia delicado assunto de fronteiras com os domínios de Espanha. Além das medidas de repressão do contrabando, também outras sobre o controle do negócio da cachaça.

É do ano de 1798, essa pitoresca determinação das autoridades sobre a cachaça nos portos do Brasil, cachaça que fazia não só o regalo dos pretos, como pretende a determinação mas do índio, de muita gente branca e até aristocrática.

Mas o impedimento do consumo da cachaça seria uma maneira de combater a vadiagem no Brasil. Pensava o governo, que ao lado de outras medidas para resolver o caso, lançava-se à proibição do uso da cachaça nos portos; o interior estava fora dessa lei anti-alcoólica, interior do Brasil e a África; a África, sim, poderia usar e abusar da cachaça, a África Portuguesa ficava apta a receber então melhor os mercadores de escravos.

Era o 5º Vice-Rei do Brasil D. José de Castro, Conde de Rezende.

## IX – Paulo Gama – 1804

Paulo da Silva Gama, chefe de esquadra, que governou o Rio Grande do Sul, remetia em 5 de dezembro de 1804 ao Visconde de Anadia um interessante quadro estatístico sobre a capitania, onde se dizia "que não tinham entrado na apreciação o número de tropa de linha e os que não chegaram a ano de idade; este mapa é tirado pelos assentos da freguesias, porém os melhores práticos desta campanha me asseguraram haver para cima quatro mil homens que andam no campo pelas charqueadas, sem domicílio certo, e que por este motivo não tem assento em freguesia alguma...".

Os centros de maior população, em 1804, eram no Rio Grande do Sul: São Pedro do Rio Grande com 8.390 habitantes, Porto Alegre com 3.927 e Rio Pardo com 3.739.

A população de toda a Capitania tinha então 36.721 habitantes.

## **X – D. Diogo de Sousa – 1811**

Lendo os mapas dos vigários das freguesias da Conceição do Estreito, S. Pedro do Rio Grande e Mostardas, que Joaquim Felix da Fonseca encaminhava a D. Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Rio Grande, em 1811, achamos o seguinte, como foi publicado na "Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul":

Freguesia N. Sra. da Conceição do Estreito – Pretos – 631. M. 394 e F. 371. – Forros – 151. Pretos 21 e Pardos 130. Brancos 795.

Freguesia de S. Pedro da Vila do Rio Grande – Pretos – 2.796. M. 2.077 e F. 719. – Forros – 354. Pretos – 95 e Pardos 259. Brancos 7.162.

Freguesia de S. Luís de Mostardas – Pretos 367 M. 243 e F. 121. Forros – 110. Pretos 32 e Pardos 78. Brancos 775.

## **XI – Último recenseamento colonial – 1814**

No último recenseamento colonial, de que se tem conhecimento, o Rio Grande está com 70.656 habitantes, dos quais 32.300 são brancos, 8.655 índios, 5.399 livres de todas as cores, 20.611 escravos de ambos os sexos e 3.691 recém-nascidos.

Observa-se a distinção entre escravos e indígenas, o que não deixa de ser importante, pois os escravos que se mencionam aqui são negros, somente, pois os indígenas tinham obtido sua liberdade.

E os livres de todas as cores? Quanto seriam os negros e mulatos?

O levantamento se processou minuciosamente, como é fácil nota em Conceição do Arroio, por exemplo: Brancos de ambos os sexos 837, indígenas 19, livres de todas as cores 180, escravos 538, recém-nascidos 74, total 1.648.

Foram recenseadas quinze regiões, e, sem entrar em maiores detalhes, assinalaremos que em Viamão com 1.545 brancos de ambos os sexos existiam 908 escravos, Santo Antônio 1.706 e 961, Mostardas 723 e 281, Nossa Senhora dos Anjos 1.292 e 716, Porto Alegre 2.746 e 2.312, Triunfo 1.760 e 1.208, Santo Amaro 953 e 773, Taquari 1.092 e 433, Rio Pardo 5.931 e 2.429, Cachoeira 4.576 e 2.622, Piratini 1.439 e 1.535, Pelotas 712 e 1.226, Rio Grande 2.047 e 1.119 e Missões 824 e 252.

Vê-se que em Pelotas e Piratini a população escrava negra é superior à branca e que Porto Alegre e Santo Amaro quase se igualam. Noutras localidades, como se notou, deveras expressiva, com exceção



das Missões, a percentagem da população indígena está muito abaixo, em número, da negra.

Excluindo-se os livres de todas as cores e os recém-nascidos, onde devem ser incluídos negros e seus mestiços, a população preta é de perto de 35% comparada com a branca.

Índice bem valioso para os que negam a influência negra no Rio Grande do Sul.

O censo de 1814, que aparece no "Quadro Estatístico e Geográfico" de Eleutério Camargo, engenheiro da Província, e que foi organizado "em virtude de ordem do Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo", presidente do Rio Grande do Sul, dava para Rio Pardo 10.445 habitantes, divididos em 5.931 brancos de ambos os sexos, 969 livres de todas as cores, 2.449 escravos de todas as cores, 289 recém-nascidos, também de todas as cores.

A população de Rio Pardo era a maior de todo o Rio Grande do Sul, seguindo-se-lhe Cachoeira com 8.225, Porto Alegre com 6.111 e a cidade de Rio Grande com 3.590 habitantes.

Porto Alegre, onde a população chegava a 2.746, a de escravos era de 2.312 escravos negros.

Em Pelotas, entretanto onde a população branca era de 712 pessoas, num total de 2.419, os escravos atingiam a 1.226, ultrapassando aos brancos.

Noutras cidades brancos e escravos negros quase eram em mesmo número: Triunfo: 1.760 brancos e 1.208 escravos pretos; Santo Amaro: 953 brancos e 773 escravos pretos.

Mas, recapitulando não somente Pelotas tinha uma população negra que ultrapassava à branca: Piratini, também, possuía 1.439 brancos e 1.535 escravos negros.

## **XII – O negro no tempo do Império – 1848, 1858, 1859, 1860, 1861**

Num "Quadro da população de 1848 pelas listas eclesiásticas" do Rio Grande do Sul, pode-se ver bem o número de casamentos, batismos, e óbitos, libertos e escravos, número mais elevado de óbitos, menor de batismo e ainda menor de casamentos, ou porque os casamentos de escravos não iam a registro eclesiástico (faziam-se atrás da igreja, como o povo diz quando quer se referir aos casamentos ilegais) ou os batismos

de escravos não interessavam à sociedade da época. O fato é o mesmo quanto aos óbitos. A mortandade entre os pretos era surpreendente.

Foram preenchidas essas listas eclesiásticas de 1848 em cinquenta e nove paróquias ou das que estavam em seu lugar, curatos, capelas, etc.

Em Porto Alegre: Nossa Senhora da Madre de Deus registrava os óbitos de 176 escravos e de 202 livres e libertos, os batismos de 203 escravos e 280 livres e libertos, os casamentos de 59 livres e 2 escravos e 97 de livres e libertos, 234 batismos de escravos e 186 livres e libertos, 35 casamentos de livres, 2 de libertos e 2 de escravos.

São os dados da capital da província e evidentemente será fastidioso trazer aqui detalhes estatísticos que revelassem até o ambiente religioso do Rio Grande do Sul no ano de 1848, ambiente que se estende a outros aspectos.

A população era calculada em 187.082; os casamentos foram os seguintes: 1.217 de livres, 53 de libertos, 38 de escravos (1.328 casamentos); batismos, 3.197 masculinos de livres e libertos, 3.019 femininos de livres e libertos, 1.161 masculinos de escravos, 1.138 femininos de escravos, (8.513 batismos); óbitos: 834 livres e libertos masculinos, 662 livres e libertos femininos, 573 escravos e 424 escravas (2.493 óbitos).

A "população da província no fim do ano de 1858, segundo o mapa tirado pelas listas de família" dava no Rio Grande do Sul 71.911 escravos, 208.044 livres, 5.489 libertos, numa população geral de 285.444.

Se não encontramos localidades com a população negra escrava ultrapassando à população branca livre, excluindo-se os libertos, gente africana, temos diversos centros urbanos onde as duas populações praticamente se igualam no número, embora em certos distritos de alguns municípios a população escrava africana é realmente maior do que a branca ou livre.

O quadro estatístico de 1858 foi levantado por distritos e em Pelotas, Rio Pardo e Arroio Grande, onde a população negra escrava é maior que a população de livres e libertos; em outros distritos as populações africanas e branca e livre quase são do mesmo número, como em Encruzilhada, Caçapava, Pedras Brancas, Taim, Piratini, Estreito, Charqueadas, Herval, etc.

Noutros distritos, negros escravos constituem mais ou menos cinquenta por cento da população como em Porto Alegre, Viamão, Barra, Santo Amaro, Santana, Triunfo, Caí, São Jerônimo, Boqueirão, Cerro do Roque, Dolores de Camaquã, Palmares, Herval, São José do Patrocínio, Cachoeira, Irapuá, Formigueiro, Lavras, Bagé, Canguçu, Jaguarão, etc.

Outros distritos têm apreciável, embora pequeno número de escravos africanos: São Gabriel, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha, Vacaria, Alegrete, Jaguarão, etc.

Somente a primitiva região das missões dos índios conserva um ínfimo número de escravos, não acontecendo com as fronteiras, centro e litoral onde a indústria e a lavoura do luso-brasileiro estavam a exigir braços, que foram supridos pelos negros.

José dos Santos Pereira, "encarregado da estatística" do Rio Grande do Sul, organizou, dez anos depois (1858), um "mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos"; esse mapa ficou pronto em 1º de outubro de 1859.

As regiões, cujas estatísticas foram levantadas, ficaram agrupadas por comarcas.

A divisão judiciária compreendia dez comarcas ao todo no Rio Grande do Sul e cada comarca com diversos municípios e o número de africanos é o seguinte:

Na comarca de Porto Alegre; em Porto Alegre, propriamente: 4.556 escravos e 3.861 escravas (8.517 numa população de 29.725 habitantes, contando perto de 1.000 libertos); São Leopoldo: 1.097 escravos e 707 escravas (1.804 numa população de 18.690, incluindo-se 114 libertos); Taquari: 1.533 escravos e 1.168 escravas (2.701 numa população de 9.932 habitantes com 236 libertos); Triunfo: 1.591 escravos e 1.243 escravas (2.834 numa população de 9.531 com 176 libertos).

Passamos aos outros municípios de diversas comarcas:

Santo Antônio: 2.999 escravos numa população de 14.930 habitantes; Conceição do Arroio: 2.055 escravos sobre uma população de 8.636; Rio Pardo: numa população de 7.028 existiam 2.174 escravos; Encruzilhada: numa população de 6.180 existiam: 2.238 escravos; Cachoeira: numa população de 5.169 existiam 1.628 escravos; acrescenta-se que Rio Pardo, Encruzilhada e Cachoeira tinham 205, 60 e 85 libertos, respectivamente, para aumentarmos o número de gente africana no Rio Grande do Sul.

Em Caçapava: 3.000 escravos e 256 libertos numa população de 10.076 habitantes; em São Gabriel: 2.046 escravos e 324 libertos numa população de 7.979 habitantes; em Santa Maria: 966 escravos e 20 libertos numa população de 5.110 habitantes; em Bagé: 4.016 escravos e 344 libertos numa população de 12.312 habitantes.

Alegrete: com 10.999 habitantes; 2.525 são escravos e 209 libertos; Uruguaiana: com 8.645 habitantes; 1.873 são escravos e 179 libertos.

Piratini tinha uma população de 8.634 habitantes com 3.154 escravos e 25 libertos; Canguçu: 7.429 com 2.453 escravos e 175 libertos; Jaguarão: 12.999 habitantes com 5.056 escravos e libertos.

Rio Grande, o município, com 4.369 escravos e 71 libertos numa população de 19.882; São José do Norte: 1.082 escravos e 166 libertos numa população de 12.893 habitantes.

Cruz Alta, Passo Fundo, São Borja e Itaqui, que formaram os municípios de duas comarcas distintas, também estão incluídos nesse mapa de José dos Santos Pereira, mas os índices colhidos são tão sem importância que nós dispensamos de trazê-los aqui.

São esses municípios da citada região habitada pelos descendentes dos índios e mesmo de índios legítimos.

A população da província do Rio Grande do Sul em 1858 é de 282.547 habitantes, inclusive 70.880 escravos e 5.413 libertos.

Seria nos estender em demasia se comentássemos esse quadro estatístico ou pelo menos fizéssemos referências aos sexos e às idades: mas de qualquer maneira não deve passar despercebida a quantidade elevada de escravos existentes desde a idade de cinco anos, dez, quinze, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, quarenta: somente começam a declinar os números depois de quarenta e cinco anos, e até muita gente velha de oitenta e cento e tantos anos de idade.

Há ainda do citado ano, 1858, a do mesmo funcionário, outro quadro estatístico, agora sobre casamentos, batismos e óbitos de livres e escravos no Rio Grande do Sul, sempre, entretanto, muita escassez de elementos no tocante aos casamentos de escravos, mas muito precisos nos números do obituário e batizados.

Quanto aos escravos: 94 casamentos, 3.684 batizados e 1.684 óbitos. Quanto aos livres, a fim de compararem-se os dados: 2.602 casamentos, 13.600 batizados e 3.698 óbitos.

O quadro correspondente ao último semestre de 1858 e todo o ano de 1859.

No ano seguinte, 1860, a população do Rio Grande do Sul, segundo cálculos efetuados, aumentara de 13.381 pessoas, total no qual se incluía para mais de 3.000 escravos através das listas de batismo e uns poucos entrados pelo único porto marítimo.

Em 1861, a população do Rio Grande do Sul se compõe de 370.446 habitantes dos quais 294.337 são livres e libertos e 76.109 são escravos. Em 1863 o número de escravos passa para 77.419 numa população de 392.725 almas.

### XIII – Estatísticas atuais

a) População de fato do Estado do Rio Grande do Sul por municípios, segundo a cor, 1.IX.1940.

O número de pretos e pardos distribui-se, pelos municípios, da seguinte maneira e ordem:

Porto Alegre: Pretos – 19.411 e Pardos – 24.145. Total 43.556.

Municípios com mais de 10.000 pretos e pardos:

1º – Pelotas (15.581)

2º – Cachoeira (13.157)

3º – Bagé (11.899)

Municípios de menos de 10.000 até 5.000 pretos e pardos:

1º – S. Gabriel (8.908)

2º – Santo Antônio (8.774)

Zonas Fisiogr. e Municípios	Pretos		Pardos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Érechim	1.118	1.073	1.688	1.605
Getúlio Vargas	527	567	183	173
Marcelino Ramos	235	201	150	137
Passo Fundo	1.385	1.502	2.439	2.422
Z. das Ser. do Sudoeste	11.449	11.524	6.750	6.913
Caçapa do Sul	2.266	2.317	899	958
Canguçu	2.968	2.989	1.506	1.394
Encruzilhada do Sul	2.078	2.204	2.130	2.327
Erval	526	512	281	262
Lavras do Sul	754	744	760	786
Pinheiro Machado	928	936	695	707
Piratini	1.929	1.822	479	479

Zonas Fisiogr. e Municípios	Pretos		Pardos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Z. dos Camp. do Centro	4.196	4.232	6.871	6.755
Cruz Alta	971	1.141	1.479	1.587
Júlio de Castilhos	524	466	1.135	1.100
Soledade	1.850	1.793	2.756	2.704
Tupaciretã	851	832	1.501	1.364
Zona do Noroeste	3.932	3.803	13.596	12.750
Ijuí	652	684	750	718
Iraí	477	461	906	861
Palmeira das Missões	1.086	1.035	2.017	1.932
Santa Rosa	624	575	3.117	2.932
Sarandi	612	606	1.474	1.358
Três Passos	481	442	5.332	4.949
Zona da Campanha	14.348	14.524	14.793	15.216
Alegrete	1.573	1.686	2.859	2.849
Bagé	3.493	3.500	2.420	2.482
Cacequi	545	501	917	945
Dom Pedrito	1.681	1.655	653	689
Livramento	1.975	2.089	1.332	1.464
Quaraí	350	363	813	828
Rosário do Sul	1.421	1.400	773	817
São Gabriel	1.988	2.013	1.029	1.210
Uruguaiana	1.322	1.317	3.997	3.932
Zona das Missões	5.273	5.251	9.633	9.457
Itaqui	366	278	1.197	1.125
Jaguari	198	215	849	834
Santiago	820	879	828	826
Santo Ângelo	1.082	1.111	2.349	2.200
São Borja	627	665	2.142	2.093
São Francisco de Assis	574	530	993	1.037
São Luís Gonzaga	1.606	1.573	1.275	1.342

## SEGUNDA PARTE – ASPECTO HISTÓRICO

### I – Mercados

Os negros concentravam-se no litoral, desde São Paulo até a foz do Amazonas.

A entrada de escravos feita pelos portos principais, ao norte, de Recife e São Luís, ao centro, da Bahia, e ao sul, Rio de Janeiro e São Vicente, não os afastou muito da costa.

Os primitivos focos da entrada de escravos se ramificavam por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, formando o primeiro grupo de distribuição; a Bahia, por si só, constituía um segundo grupo; Alagoas e Pernambuco, compunham o grupo do nordeste e Maranhão e Pará o grupo do extremo norte de distribuição de escravos.

Os focos de entradas de escravos partiam dos portos, ampliando-se nas zonas das províncias mais importantes.

Os negros que vieram para o Brasil faziam parte dos três agrupamentos étnicos africanos: sudaneses, bantus e bantuídes.

### II – Cultura

O ramo ou nação do culto africano é um problema de grande importância, verificando-se, antes de mais nada, que se filia o culto negro à nação ou ramo do continente de origem, entretanto, não se pode dizer que os fiéis desse culto pertençam àquela nação ou ramo da África.

As populações negras não conseguiram manter-se absolutamente separadas no Brasil, isto é, povo por povo, nação e ramo por ramo.

Foi fatal o contato e a mistura, tornando-se impossível estabelecer o limite ou área em que viveu cada povo da África no nosso país.

Atualmente, no Rio Grande do Sul, o culto africano procede de três nações;

- Nagô
- Gegé
- Oiô.

Existem 29 casas nagôs, 28 geges e 15 oiós, em Porto Alegre, segundo as respostas ao inquérito que pessoalmente projetamos e realizamos.

Das seis casas que estudamos, 4 são gege, 1 gege ou nagô e 1 nagô, não se registrando oió, no caso particular do culto de N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Navegantes, que em separação apreciamos de uma feita.

São as gege: Soc. Africana N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Navegantes (rua Baronesa de Gravataí), Soc. Africana N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Navegantes (rua Otávio de Souza) e Casa 15 de Março (rua do Livramento).

É gege ou nagô: Soc. Beneficente Africana N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Navegantes (rua Barbedo). Quer dizer que a casa é mesmo gege-nagô.

É nagô: Associação Africana N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Navegantes (rua Rodolfo Gomes).

Quanto ao exame total das casas visitadas para o inquérito:

Das 29 do ramo nagô, 16 apresentaram uma freqüência média superior a 50, 9 com freqüência média inferior a 50 e 4 com freqüência média de 10 pessoas, 26 casas de madeiras e de alvenaria. Contando com um total de 148 Filhos de Santos prontos do sexo masculino e 158 do sexo feminino.

Das 28 do ramo gege, 14 casas apresentaram um freqüência média superior a 50 e 14 com freqüência média inferior a 50, 24 casas de madeira, 14 de alvenaria.

Contando um total de 62 Filhos de Santo prontos do sexo masculino e 64 do sexo feminino.

De 15 do ramo oió, 8 casas apresentaram uma freqüência superior a 50 e 7 com uma freqüência média inferior a 50 pessoas, 14 casas são de madeira e 1 de alvenaria. Contam um total de 84 casas são de madeira. Contam um total de 84 Filhos de Santo, prontos, do sexo masculino e 168 do sexo feminino.

Limitamo-nos a seguir à risca o que se obteve do informante em assunto de nação africana.

Registramos os gege, os nagôs e os oiós, e, conforme a lição de Arthur Ramos, na sua "Introdução à Antropologia Brasileira", 1<sup>o</sup> vol. As culturas não-européias, são três africanas, nações ou grupos que estão incluídos nas áreas de culturas sudanesas.

Explica o mestre, que "na tentativa de reconstruir as culturas negro-africanas, abandonamos qualquer ponto de partida, com relação a dados históricos, a números, absolutos e relativos, e as listas de nomes tribais, repetidas pelos nossos historiadores. Guiado pelo método preconizado pelo professor Nina Rodrigues, e utilizando-me das suas pesquisas iniciais da Bahia e as que estão sendo continuadas hoje por toda uma série de investigadores, e com os resultados das minhas próprias obser-



vações e pesquisas (Bahia, 1926-1933; Nordeste, 1930-1933; Rio de Janeiro, 1933), apresenta o seguinte quadro dos padrões de culturas negras sobreviventes no Brasil".

Seguimos o mesmo método, desprezando as informações anteriores, aliás modesta, sem valor científico algum e até mesmo medíocres.

O levantamento estatístico é de fato coisa à parte porque não nos referimos ao número de negros mas à procedência deles.

Bem sabemos que negros de todas as áreas da África vieram ter com raras exceções, ao Rio Grande, mercado de negros soldados, operários da indústria do charque ou agricultores, colonos ou brancos principalmente no plantio do trigo.

Mas as culturas respectivas sobreviveram ou uma dessas culturas sobrepujou as outras.

A. Ramos classifica em três padrões, como se disse, as culturas negras que resistiram no Brasil.

"A) Culturas *Sudanesas* – representadas principalmente pelos povos *yoruba*, da Nigéria (Nagô, Ijechá, Eubá, Ketu, Ibadan, Yebu ou Ijebu e grupos menores), pelos *Daomeianos* (grupo Gege; Ewe, Fon ou Efan, e grupos menores); pelos *Fanti-Ashanti*, da Costa do Ouro (grupo Mina propriamente dito; Fanti e Ashanti); pró-grupos menores da Câmibia, da Serra Leoa, da Libéria, da Costa da Malagueta, da Costa do Marfim... (Krumano, Agni, Zema, Timini...).

"B) Culturas *guineano-sudanesas islamizadas*, representadas em primeiro lugar pelos a) Peuhl (Fulah, etc. b) Mandinga (Solinke, Bambara...) e c) Haussá do norte da Nigéria; e por grupos menores com os Tapa, Bornu, Ourunsi, e outros.

"C) Culturas *bantus*, constituídas pelas inúmeras tribos do grupo Angola-Congolês e do grupo da Contra-Costa".

Voltando a A. Ramos, noutra passagem de seu livro de antropologia brasileira, ao falar das culturas sudanesas e sobre quais as tribos Youruba que vieram ao Brasil, diz que "Nina Rodrigues ainda conseguiu na Bahia, em fins do século passado, ver negros Nagôs de quase todas as pequenas nações Yoruba. Eram ainda, na sua época, os mais numerosos e influentes naquele Estado. Os mais freqüentes eram oyó (oió), provenientes da cidade do mesmo nome do reinado de Alafin".

Temos, então, que os

- Gege
- Nagô
- Oiô

pertencem aos mesmos grupos culturais sudaneses com as subdivisões seguintes:

a) Cultura Daomeiana e o grupo gege no Brasil

b) Cultura yoruba e o grupo nagô no Brasil, incluindo-se os oiô.

Esclarece, ainda, o professor que estamos citando as "culturas" que não se mantiveram puras no novo ambiente.

"Misturando-se umas com as outras", não só as culturas africanas, entre si, mas "com as culturas de procedência ameríndia e européias que encontraram no Brasil".

Mas o que precisa ficar assinalado é que as culturas sudanesas se impuseram sobre as demais, ao ponto delas desaparecerem do Rio Grande do Sul, pelo menos em Porto Alegre que todas as 71 casas de culto africano existentes acusaram, no sistema, o avassalador domínio sudanês através das culturas daomeanas e nagôs com oiô que lhe pertence.

A antropologia física, a filologia e a história das populações afro-brasileiras do Rio Grande do Sul assinalam também diferentes origens mas, entretanto, uma se sobrepôs, que foi a sudanesa, isto é evidente, no campo religioso.

Não resistiram, entre nós, os negros e seus descendentes, oriundos de estoques tribais diferentes, à força espiritual da mitologia sudanesa.

C. G. Seligman, professor de etnologia da Universidade de Londres, em seu livro "Les Races de l'Afrique", edição francesa traduzida por George Montandon, professor, também, de etnologia, da Escola de Antropologia de Paris, adverte que a África Ocidental é a pátria do verdadeiro negro:

"L'Afrique occidentale, la patrie du vrai Nègre, peut être considérée comme s'étendant de la bouche du Sénégal au 16<sup>o</sup> Nord environ, jusqu'à la frontière orientale de la Nigéria. Si l'Afrique occidentale est ainsi définie, sa limite orientale coïncide avec la limite la plus septentrionale du domaine bantou, le long du cours inférieur du Rio del Rey. Politiquement aucune partie de l'Afrique ne présente plus de confusion, puisqu'elle consiste en une série d'enclaves s'étendant de la côte vers l'arrière-pays; chacune de ces enclaves a pris origine dans un centre commercial de la côte, établi entre les XV e et XVIII siècles, et elles appartiennent alternativement à la France et à la Grande-Bretagne, avec, pour ajouter à la confusion, une possession restante du Portugal et le république nègre, constituée par des esclaves libérés, de Liberia. Il est nécessaire d'insister sur ces faits pour expliquer des termes tels que "Côte

des Esclaves". "Côte d'Or" et rendre compréhensible la division arbitraire du pays sans qu'il été tenu compte des liens locaux ou des associations tribales. Ces enclaves sont, du Nord au Sud puis vers l'Est: le Sénégal (Fr.), la Gambie (Angl.), le Liberia, la Côte d'Ivoire, (Fr.), la Côte d'Or (Angl.), le Dahomey (Fr.), et la Nigeria (Angl.), toutes s'allongeant vers l'intérieur et baignant dans cette grande masse africaine appelée communément le Soudan Français".

Os estudos das nações, "ramos" ou países africanos têm, entre seus especialistas, a D. P. de Pedrals, antigo administrador de colônias, que escreveu um "Manuel Scientifique de L'Afrique Noire" sobre antropologia, pré-história, arqueologia, culturas e artes, instituições sociais e políticas e história.

"Les royaumes dont les chroniques des navigateurs européens ont laissé le souvenir, et qui ont parfois plus ou moins survécu, sont en fait sur les rives mêmes de l'Océan de petits royaumes isolés, dispersés de peu d'étendue, souvent séparés par des territoires où l'état régnant est celui de l'anarchie. En rétrai par contre, l'invasion de peuples de souche soudanaise, aboutit encore à la fondation de deux puissants empires; celui des Ashanti, et celui des Yoruba, entre lesquels s'illustra un royaume qui fit beaucoup parler de lui: le Dahomey. Dans un sens, l'histoire des Ashanti et des yorouba, aurait pu être considérée en même temps que celle du Mosi et du Borgou. Le contact avec les aborigènes des côtes imprime toutefois à son déroulement des caractères un peu différents".

"La confédération yoruba, même à son apogé, n'avait pas compris dans son étendue, un royaume pourtant de même origine, que s'était constitué au sud à quelque distance de la côte, au XIII siècle le Bénin (de Bini, nom de la Fraction yorouba venue du Soudan et qui s'imposa aux aborigènes Efa). Le premier roi ou obba, fut Igoudou qui vers le XIII siècle s'établit à Oudo. Vers 1300, le roi (aouni) d'Ifé envoie son fils Orhamiyan, accompagné d'une nombreuse suite à Ousé. Les nouveaux venus s'imposent. A Orhamiyan, succède Ewoké, puis Omovberhé ou Erhanome et Ogouola, qui en 1370 aggrandit considérablement le royaume. Au début du XIVe siècle, se déroule une période d'anarchie, puis le pouvoir est rétabli et le royaume de Bénin, au moment où les Portugais abordent en ces régions (1485), offre le spectacle d'une parfaite organisation et de la remarquable culture dont les produits sont parmi les plus réputés de l'Afrique nord tout entière".

### III – Trabalho

Iniciando o trabalho agrícola, os açorianos não poderiam contar somente consigo mesmo, e apelaram para os negros.

Numa zona de plantio de trigo, em Piratini, um recenseamento de 1814 dá os seguintes índices: brancos 1.439, índios 182, livres (de côr) 335, nascidos em 1814, 182, escravos 535. Total 3.673.

Contudo, bastou que passassem dez anos, quando se substituiu o açoriano pelo alemão, para atenuar a entrada de negros nas propriedades agrícolas.

Leonardo Truda, na sua *Colonização Alemã no Rio Grande do Sul* comenta que o estrangeiro, o colono alemão, tinha verdadeira repulsa ao negro.

O município de Santa Cruz, em 1887, não possuía um escravo, sequer.

"Mas o colono não dispunha, ao tempo, de recursos para tornar-se senhor de escravos. E, uma vez encaminhadas as tarefas de cada "colônia", iniciadas as plantações, o negro representaria apenas uma boca a mais a consumir, e a pesar, portanto, no orçamento doméstico, sem compensação na soma do trabalho produzido e da qual a própria família do colono poderia incumbir-se".

Houve necessidade, do negro no início da colonização agrícola, porque a derrubada das matas e as estradas eram habilmente feitas pelos escravos africanos.

A nossa própria vida econômica define o estado e as condições para o trabalho.

Como observa Jorge Salis Goulart, na sua "Formação histórica do Rio Grande do Sul"; "O trabalho pastoril sempre exigiu menos braços do que a agricultura, de modo que a própria família do estrangeiro podia atender à maior parte das necessidades de seus rebanhos. Enquanto em outras capitânicas a indolência indígena reclamava a importação de escravos da África, aqui o índio se adaptou à principal indústria da terra e se tornou um elemento de valor".

A pastagem, o banho, rodeio duma tropa de gado, em mil cabeças por exemplo, não exigirá senão uns dez homens, mais ou menos.

Foi somente quando a pecuária evoluiu para uma indústria em determinadas zonas mais adiantadas da Província ou do Estado, ao mesmo tempo do início do trabalho agrícola, que se tornou necessária a colaboração de elemento estranho.

As charqueadas de Pelotas e Porto Alegre e as plantações de trigo de Bagé e Piratini tinham precisão de braços para o trabalho bruto.

Nas charqueadas, os transportes de mangas, a matança, a pesagem e os mais fortes serviços da indústria saladeril bem como o plantio e a colheita de vastas regiões de trigais não podiam ser atendidos pela escassa população ocupada toda ela noutros misteres.

Aí, então, se apelou para o negro, que sustentara e sustentava a economia brasileira.

Era o escravo, além de sua enorme resistência física, um bom emprego de capital.

A razão pela qual o colono alemão deixou de interessar-se pela escravidão negra é bem outra. Uma determinação oficial a proibia, como se vê na Lei nº 183 de 18 de outubro de 1850, que está redigida nos seguintes termos:

"O Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º É proibida a introdução de escravos no território marcado para as colônias existentes, e para as que para o futuro se formarem na Província.

Art. 2º Os escravos, que atualmente existem no território das colônias, serão matriculados pelo diretor, ou seus agentes, em livro próprio dentro de dois meses, depois da publicação desta Lei, fazendo-se no mesmo livro nota dos que falecerem.

Art. 3º Todas as pessoas, que forem viajar às colônias, ou residirem nelas temporariamente, poderão levar os escravos precisos para seu serviço doméstico, sendo obrigados a enviar ao diretor ou seus agentes, uma relação dos mesmos escravos e a a reconduzi-los para fora das colônias, quando se retirarem.

Art. 4º Os escravos que forem introduzidos nas colônias, em contravenção a esta Lei, serão expelidos por ordem do diretor, pagas as despesas pelos donos dos mesmos escravos.

Art. 5º As disposições acima referidas compreendem igualmente as colônias formadas por particulares.

Art. 6º Por cada escravo importado na Província se cobrará, para auxílio da colonização, a taxa de trinta e dois mil réis.

Art. 7º Não serão sujeitos à taxa:

Parágrafo 1º Os escravos inscritos na matrícula dos navios.

Parágrafo 2º Os escravos do serviço doméstico das pessoas que vierem residir temporariamente na Província.

Parágrafo 3º Os escravos existentes na Província, que saindo dela com seus senhores voltarem com os mesmos, ou forem reenviados pelos mesmos senhores dentro de um ano.

Art. 8º Ficam sujeitos à taxa os escravos de que tratam os parágrafos 1º e 2º do artigo antecedente, que não saírem da Província com os navios, e senhores que os trouxeram.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto as autoridades a quem o conhecimento a execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta Província a faça imprimir publicar e correr.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre aos 18 de outubro de 1850, vigésimo nono da Independência e do Império.

José Antônio Pimenta Bueno

(L.S.).

Carta de Lei pela qual V. Ex. sancionou o Decreto da Assembléia Legislativa Provincial, proibindo a introdução de escravos no território marcado para as Colônias, e impondo a taxa de trinta e dois mil réis, por cada um dos que forem importados na Província; e dando outras providências como acima se declara.

Para V. Ex. ver

Germano Severino da Silva a fez.

Nesta Secretaria do Governo foi selada e publicada a presente em 18 de outubro de 1850.

José Maurício Fernandes Pereira de Barros

Registrada a fls. 77 do Livro 2º de Leis. Secretaria do Governo em Porto Alegre, 18 de outubro de 1850.

Rodrigo José de Figueiredo Moreira Júnior

#### IV – Exército

##### Tropas coloniais

"Respondeu que vindo com licença do Sargento-Mor Manuel dos Santos Pedroso por espaço de dez dias para vir ao Quaraim em busca de

um escravo seu...", depunha uma testemunha referida, Manuel Gomes Lisboa, cabo d'Esquadra de Milícias de Partida, morador da Freguesia de Cachoeira, num processo instaurado, em 1812, num crime de roubo da tomada de cavalos feita aos Charruas e Minuanos.

O escravo merecia muita estima ou era um elemento precioso para esse cabo de esquadra que arrisca sua própria liberdade, atravessando vastas regiões, afim de recuperar um escravo.

"No dia 3 apresentou-se neste acampamento, preto que tendo sido escravo do cap. Antônio Adolfo Charão e fugindo há sete anos para os domínios de Espanha, onde ocupava o lugar de artilheiro nas tropas dos Insurgentes. Desertando, procurou o seu primeiro senhor, que se acha preso em uma das Guardas da Coluna..." informa uma parte datada de 5 de dezembro de 1812, no acampamento da Conceição assinada pelo comandante Joaquim Xavier Curado ao Governador D. Diogo.

Avalia-se que um escravo regresso depois de sete anos de foragido para encontrar-se o seu antigo senhor então prisioneiro, porque se um homem branco procure reaver seu escravo não é de estranhar mais que preto escravo deseje rever seu senhor; aí se define um caráter.

Um simples depoimento põe à mostra uma organização de uma raça cuja dedicação poucas a igualam.

Quando um graduado da guarda do Cerrito, Silvestre Teixeira Pinto, procurava, em 1800, defender-se junto ao governador de ter prendido um escravo depois de o vender: "... pelo qual requeria a indenização de um escravo, que eu lhe havia vendido, a ele me havia pago, figurando-o a V. Excia. outra vez em meu poder..."

Naturalmente não se pode concluir nada sobre o negro mas o oficial reinol que desejava, ao que parece, fazer renda.

De qualquer maneira, o negro era uma fonte de interesse de toda a ordem.

Na guarda do Cerrito ou na freguesia de Viamão, o negro exercia um importante papel.

"Dentre as fronteiras terrestres do Brasil os limites com Uruguai constituem a "fronteira viva", isto é, aquela por onde transitam as mais intensas relações que irradiam do interior do nosso país, por via continental. Como, por via outro lado, provinientes do Uruguai, poderosas e constantes correntes de toda a ordem atingem o solo brasileiro", observa Afonso Várzea, no seu livro "Limites Meridionais do Brasil".

É ainda a sobrevivência dos entrechoques do século XVIII o de hispano-rio-platenses e luso-brasileiros, avanços e recuos nos domínios dos dois monarcas.

Substituíram-se hoje as forças armadas pelas forças econômicas mas a "fronteira viva" é uma realidade desde os marcos incertos das dinastias senhoras da América do Sul.

"... que para se servirem algumas forças nesta Fronteira é muito necessário novo perdão para os desertores, que a rigor pouco se pode arrumar, pela extensão desta Campanha, talvez que muitos se unam aos Portenhos..." oficiava José Francisco Muniz às autoridades e eram comuns mensagens desse teor, o que não obstava que ao mesmo tempo o governador D. Diogo dissesse ao Vice-Rei, conde de Linhares, que "... fazendo-se bem notável, que não só tem cessado muito as deserções desde que constou havia intenção de passar aos territórios espanhóis mas se tem recolhido aos seu corpos quase todos os duzentos deles nesta Capitania..."

As ordens gerais da campanha, em 1816-19 na coluna do tenente-general Joaquim Xavier Curado, constam repetidas vezes de disposições e penas sobre fugas, cabendo ao negro os castigos maiores.

"... e que sejam Castigados com 50 pancadas de espada de prancha, aqueles que forem encontrados fora de seu corpo" e "... quando algum soldado alterasse razões com o seu camarada, seria castigado, com 30 bordoadas".

"Os escravos ou criados levaram um bilhete de seus amos, ou senhores que ficaram responsáveis pela sua conduta..." quando se fiscalizava aos pedágios, trânsitos em zonas de operação, recebendo os infratores: "... Escravos e criados com 50 pancadas de vara ou pau que vergue, e os soldados carregados com 8 armas, por espaço de 2 horas, e dada uma hora de descanso se repetirá o mesmo castigo..."

Procurava-se estabelecer uma flagrante diferença mesmo nas penas corporais.

Os negros eram atingidos por pesados castigos.

"... e que o mesmo capitão tem ordem para mandar prender os soldados, índios, criados, e escravos que passarem ao outro lado do bosque por qualquer motivo que seja, e que mandará castigar pronta e imediatamente na guarda da frente da legião de São Paulo, os soldados e criados brancos com 50 pancadas de espada de prancha, os índios, e os escravos com 200 açoites, sendo amarrados na culatra de uma peça" ou "... os pretos, mulatos ou naturais que forem alistados em qualquer dos



corpos milicianos, e se encontrarem montados em cavalos reitinos serão castigados com 50 pancadas de pau que vergue e presos por espaço de 8 dias, empregados na limpeza dos seus respectivos corpos".

Enquanto os mesmo altos comandantes se dirigirão aos governadores em linguagem dum bajulação revoltante muito ao sabor dos raparés da época:

"... e pela moderada repreensão q. V. Ex. me dá lhe beijo as mãos" ou Respeitosamente beija as ilmas. e exmas. mãos de V. Ex. o súdito mais obediente" ou "súdito humilde vassalo".

Parece também que os oficiais não se tratavam muito delicadamente entre si como se lê no termo do inquérito da Caleria, em 1812, "que o capitão Sebastião Barreto Pereira Pinto, do Regimento de Dragões, havia dado com um pau no furriel Joaquim Manoel Ribeiro do mesmo regimento".

Mesmo assim o preto era tratado desprezivelmente, nas ordens oficiais, como assim: - "... Todos pretos, mulatos, ou naturais, que não tiverem a honra de ser alistados em qualquer dos corpos milicianos..."

### **Tropas farrroupilhas**

Os negros constituíram, por todos os títulos, um elemento importante na revolução farrroupilha.

Rompera o movimento de 1835, quando, perante a justiça de Paz do 2º distrito de Porto Alegre, em 14 de outubro de 1836, instaurou-se o competente processo sumário por crimes de rebelião, sedição, peculato, cumplicidade de homicídio, ferimentos, roubos e outros crimes graves contra os líderes da Revolução.

Perante o juiz de paz, capitão Manoel José da Câmara, depuseram, então muitas testemunhas, que forneceram, assim, subsídios ao estudo dos acontecimentos.

Justamente os primórdios, o início das hostilidades guerreiras contra o Império, é que poderiam definir uma atitude.

Mas os negros entraram desde os primeiros dias com o seu quinhão.

O depoimento mais original é do advogado Agostinho José de Menezes que disse:

" e de diversas insurreições de escravatura que eles, cabeças e agentes fizeram armar e reunir em diversos pontos da Província como fossem na ocasião em que os rebeldes acometeram esta cidade e na

cidade de Pelotas aonde ainda conserva para mais de trezentos a quatrocentos escravos, armados contra a causa da legalidade..."

Outro depoimento, como do cap. Inácio da Silva, Joaquim Barrot, Manoel Ferreira, Pereira Dias, Cel. Paula Soares e Lobo Barreto, nos dão o número de escravos que viram nos movimentos de forças dos farrapos.

No avanço sobre a capital, em 20 de junho e em 30 de julho, e no cerro de Pelotas, em 1836, marcam os passos iniciais e importantes das guerras de dez anos, os escravos negros tiveram um lugar de primeiro plano.

Os negros, escravos ou libertos, iam, daí por diante, tomar as posições salientes.

Foram eles elementos de colaboração, entraram com os primeiros insurretos, estiveram ao par dos segredos revolucionários e tomaram parte nas horas iniciais.

O Major João Manoel Lima comandou a primeira legião de escravos que entrou em Pelotas.

Mais tarde os negros se distribuíram por todos os setores de armas da República.

Os negros dos pastoreios são incluídos na cavalaria e os negros das zonas agrícolas são para a infantaria.

"... um Antônio Joaquim da Silva, por alcunha 'Menino Diabo' porque este não só andava hostilizando como comandante de lanchões guarnecidos e armados", depunha o funcionário da tesouraria geral, Pedro Azevedo e Souza, no Juízo de Paz.

Uma vez, estando Garibaldi com seus marinheiros em terra, em Camaquã, Pedro Moringue lhes surpreende os passos, usando a astúcia e surpresa; mesmo assim as forças imperiais encontraram uma resistência respeitável.

Entre estes companheiros do herói italiano, estava Nascimento Rafael e Procópio, que eram dois negros.

"Quisera um lugar para escrever no papel, gravar no bronze os nomes destes valentes companheiros, que no número de treze se me reuniram, combatendo durante cinco horas cinquenta inimigos" narra, em suas "memórias", o gênio de Caprera.

Na absoluta falta de dados, como aliás em quase tudo que precisamos para estudar, sobre o negro na guerra republicana de 35, não temos senão a tradição de um heroísmo, que nem sempre se tem reconhecido.

O sentimento abolicionista foi da índole do rio grandense.

Quase todos os maiores proprietários que faziam uso do trabalho do preto, libertavam seus próprios escravos.

Mas uma figura nos surge, trinta anos antes dos farrapos, clamando contra o crime da desigualdade da cor.

Era Alexandre Luís, tipo romântico, que foi para Aurélio Porto colocado numa novela histórica.

Alexandre Luís, como Borges do Canto, conquistaram, ainda com um punhado de desertores, as Missões para a coroa portuguesa.

Esse "doido" três vezes fez ecoar no Rio Grande do Sul o grito da abolição:

1803 domina a guarda de São Pedro com uma legião de escravos. Proclama a República e emancipa os servos.

1820 o cenário agora é Cachoeira, que começava a florir. Chama a si os escravos da vila e toma a cadeia, soltando os presos, manda degolar os portugueses e proclama, pela República Rio-Grandense, a igualdade dos homens.

1831 chegava o herói a Caçapava, levando o mesmo grito de libertação dos escravos. Longe, noutro canto da Província, e os alemães, que traziam dentro de si a pureza duma civilização livre, ouvem o eco daquele que pela terceira vez levantava sua voz pelos oprimidos. Desta vez não ficara sozinho o dominador das Missões. Mais alguém o compreendia.

Alexandre Luís, ora preso, ora fugindo das forças governistas, morre em 1833, mas define o ambiente em que viveu.

Os republicanos davam aos negros escravos o próprio direito de cidadania, bastando que eles aderissem à causa e formassem fileiras nos seus exércitos.

A facção contrária procurou atrair os escravos, oferecendo-lhes as mesmas regalias de libertação aos negros.

Quatro anos depois, em 1839, começava o Império a por em voga, também, a libertação dos negros.

Mas um alto dignitário do Império era o primeiro a escrever à Corte: "Os rebeldes não dão mau tratamento a todos os negros".

Os farrapos tinham envolvido os escravos nas suas simpatias.

O governo de Piratini cansava seus francos na compra de escravos, pois seus senhores assim o exigiam, na maioria das vezes.

Uma vez libertados os negros, as autoridades da República lhes asseguravam a mesma garantia que tinha qualquer cidadão do país, que recentemente se formava.

Assim é que Bento Gonçalves, com Domingos de Almeida, Ministro da Justiça e Interior, assinavam, em 11 de maio de 1839, um decreto, que, depois de algumas considerações, terminava assim:

"... O Presidente da República para reivindicar os direitos inalienáveis da humanidade, não consentindo que o livre riograndense de qualquer cor com que os acidentes da natureza os tenham distinguido, sofra impune e não vingando o indigno, bárbaro, e afrontoso tratamento, que lhe prepara o infame governo imperial, em represália, a que lhe tem provocado, decreta:

Artigo Único: Desde o momento em que houver sido açoitado um homem de cor a soldo da República pelas autoridades do Governo do Brasil, o General Comandante em chefe do Exército, ou Comandante das diversas divisões do mesmo, tirará a sorte aos oficiais de qualquer grau que sejam das tropas imperiais nossos prisioneiros e faria passar pela armas aquele que a mesma sorte designar\*.

Ainda, no mesmo mês, a República, pelo seu presidente, tratava dos escravos negros com sentimento de abolição do trabalho servil, que sempre a caracterizou nesses rumos democráticos e avançados, o decreto dizia respeito à fuga de escravos das forças farrroupilhas.

Mas o espírito liberal que dominava a cultura de 35, fazia, nesse decreto, uma ressalva que dava ao negro seu lugar na ordem comum dos homens.

Eis a ressalva: "... que manda volver o forro ao domínio do senhor que o libertará sempre que este o possa convencer de ingratidão, depois de ter-lhe dispensado tão inapreciável benefício".

Quando a República rio-grandense obteve paz com o Império, os farrapos impuseram, no tratado de paz, uma cláusula, a quarta, que dizia: "São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram na Revolução".

Os republicanos não esqueceram seus colaboradores, os escravos negros rio-grandenses.

## V – Viajantes

- Saint-Hilaire (1820-1821)
- Nicolau Dreyes (1817-1837)
- Arsène Isabelle (1833-1834)

A viagem de Saint-Hilaire, pelo Rio Grande do Sul, teve duas fases. O intervalo delas foi marcado pela estada no Uruguai. Em 5 de junho de 1820 tinha passado o rio Mampituba, deixando Santa Catarina para entrar na nossa província. E em 9 de outubro atingia Angustura, passando à Cisplatina para voltar, pelas margens do rio Uruguai, chegar a São Borja e daí até ao Rio Grande, durando seis meses todo o segundo percurso.

Teve, assim, a excursão um período de cinco e outro de seis meses. Portanto quase um ano, o cientista francês permaneceu em estudo no pampa brasileiro.

Atravessou o Rio Grande em duas enormes diagonais. Do extremo nordeste da costa marítima ao território fronteiro no Prata oriental e das Missões argentinas até o sul na costa, para atingir a nossa porta marítima.

Estava sendo mudado o cenário histórico. Plena transição política.

D. João VI tirara, então, o maior proveito das lutas internas do Uruguai.

Nasceram, com a nova magna carta, as juntas governativas e o Conde da Figueira deixa o Rio Grande, substituindo o um governo interino, em 22 de setembro de 1820.

Houve um motim militar em Porto Alegre e o povo que promovera a agitação exige o compromisso do governo respeitar a constituição.

A volta do rei para Lisboa veio acelerar o entusiasmo de emancipação dos brasileiros. A regência do príncipe D. Pedro tinha dado o direito de elegerem-se deputados às cortes de Portugal e mudava as capitânias em províncias.

Estávamos na luta aberta pela independência.

O testemunho de Saint-Hilaire, por mais essa razão, é precioso.

Todos os viajantes, ingleses ou alemães, franceses ou portugueses, que escreveram sobre o Rio Grande não atingiram à expressão de verdade como o naturalista da cidade de Joanna D'Arc.

Rápidas impressões, comentários de geologia, anotações etnográficas e lingüísticas ou relatórios geográficos e mineralógicos eram que constituíam as narrativas publicadas em livros.

Orbigny, Borpland, Lisle, Luckok, Seidler, Feldner, Dreys, Selow e alguns outros autores de pesquisas sul-riograndenses, apesar do esforço e do mérito de seus estudos, não possuem o humano, que em Saint-Hilaire é uma atitude natural.

Entretanto a divulgação da obra do mestre francês deve-se à Editora Nacional, que fez a publicação integral do grande documentário brasileiro.

Adroaldo Mesquita da Costa traduzira, em elegante português, alguns capítulos da "Voyage à Rio Grande do Sul" que apareceram na revista do nosso Instituto Histórico e Geográfico.

Também Renato Costa, autor dum magnífico "Ensaio de História", tinha passado, para a língua de Camilo, a viagem do ilustre francês. Félix Contreiras Rodrigues parece que é autor duma outra tradução.

Afinal apareceu impressa, em edição Ariel, essa "Viagem ao Rio Grande do Sul".

É uma tradução de Leonam de Azevedo Pena. Bem feita e cuidada.

Recolhemos da viagem ao Rio Grande do Sul dezoito espécies de notas em cinquenta observações sobre o negro.

"Nas primeiras páginas do livro, Saint-Hilaire faz referências aos seus companheiros de excursão: um mestiço, um negro forro e um índio botocudo.

– Torno-me pouco a pouco escravo de José Mariano; Manoel só me fala com ar insolente e Firmino, sendo o melhor, é todavia de tamanha susceptibilidade que exige ser tratado com as mais fatigantes precauções.

Manoel, que é o negro forro, viera de São Paulo e José Mariano é um tropeiro mestiço alugado no Rio de Janeiro. Queixa-se amargamente o naturalista que se torna pouco a pouco escravo de um preto.

As condições de vida no Brasil tinham chegado a um ponto que nem o rico dos cafezais ou o abastado plantador de cana de açúcar podiam dispensar o negro. O homem africano era um meio de transporte: carregador, tocador de animais, cangueiro...

A vida doméstica se regia pelos negros da família e desde a água para o banho até a cozinha, foram misteres cuidados pelo homem de cor. Os casarões das cidades tornavam-se habitáveis porque os pretos desciam e subiam enormes escadarias, carregando sobre a cabeça o que era necessário para manter o modesto ritmo econômico do luso-brasileiro. O senhor da charqueada ou comerciante do sobrado sem luz direta, também, não passavam de escravos do negro. Aí então que o africano mostrou sua grande força física e moral. Tornou-se insubstituível.

Mas não escapou ao sábio francês, e quantas vezes insiste, a superioridade do negro. Ao menos a superioridade do negro sobre o índio. Os negros, raça tão distante da nossa também, são entretanto superiores aos índios. Seu juízo não é tão bem formado quanto o nosso.

Eles conservam qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias mas não são estranhos a concepção do futuro. Tem-se visto

muitos adquirirem algum dinheiro, mesmo quando escravizados; enfim eles não são incapazes de afeição e generosidade. A negra do administrador falou-me, de modo tocante, de seu amor filial; meus filhos, disse-me, não precisam mais de mim, mas não há um dia em que eu não sinta saudades de minha mãe, por isso chorando. Meu patrão diz algumas vezes que deixará esta região e seguirá para o lugar onde ela está. Tenho mandado rezar diversas missas a Nossa Senhora da Aparecida para que ele realize boas intenções. – O negro é apreciado com as suas forças morais, com o sentido psicológico de sua generosidade e afeição e, principalmente, com aquela concepção de futuro que o torna de fato superior ao índio. Define-se, desta maneira, a personalidade do homem preto através de graus marcantes da vida interior.

Uma pequena ocorrência, ao sair da estância de Coiova, fez o viajante francês deduzir do interesse pouco lisonjeiro dos negros quando esperam favores por obséquio comum. Retardando a partida, dois negros explicaram ao sábio que estiveram ocupados a abater uma vaca, e ofereceram, então, um pedaço de carne, dando-lhe de bom grado grande naco e não quiseram aceitar retribuição em dinheiro. Devo esse obséquio, creio, conclui o francês, ao fato de saber minhas ligações com o Conde, de quem esperam receber alguma graça... Mas essa artilosidade é justamente uma característica do africano. Ser astuto, afinal, revela inteligência. E os brancos muito se gabavam de revelar manhas...

Uma das mais poderosas razões da calma com que se operam as insurreições neste país, é que, principalmente nesta Capitania, não existe praticamente o que se chama população, e quando existe é pouco numerosa. Os negros que a representam são muito distanciados dos homens livres e por demais subservientes, para se meterem nessas coisas – escreve Saint-Hilaire.

Nas estâncias desta região, quase puramente pastoril, não são precisos tão numerosos escravos como acontece nas regiões açucareiras ou na exploração dos minérios. Cerca de oitenta negros, apenas, ocupam-se da construção do cortume e depois nele trabalharão. Quase todos os escravos do barão são negros-minas, tribo bem superior a todas as outras, por sua inteligência, fidelidade e amor ao trabalho – diz Saint-Hilaire. Refere-se ele, aqui, ao Barão de Santo Amaro, fazendeiro José Egídio, ex-secretário do conde de Barca e conselheiro do rei. A estância se denominava Boa Vista e era uma das mais importantes da Capitania.

Na fazenda, o preto era ainda empregado nos misteres de copeiro, cabendo-lhe o cuidado do mate, servir a mesa e os hóspedes. Competia,

em resumo, ao negro todo cuidado doméstico e ser o mantedor da vida da fazenda.

Nas charqueadas os negros são tratados com rudeza. O sr. Chaves tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é incitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos – informa o ilustre naturalista. O proletariado das casas de salgar carnes foi o mais sacrificado da democracia campesina. Início do período industrial, e a coletividade trabalhista oferecia um aspecto de volume, grandeza, que apenas poderia ser denominada pela energia, então, sinônimo de chicote, hoje com as devidas proporções, diz-se lei social. O consolo dos negros era a religião, abundante em deuses amáveis, sensuais tão ao agrado de suas almas. Simbioses das quais resultariam os devotos de N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> do Rosário, de N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> dos Navegantes e de São José e São Benedito. As confrarias afro-católicas tinham um papel de forças moderadoras.

Diversos conceitos:

Primeiro: os negros são os mais valentes soldados de Artigas. Segundo: são superiores em coragem ao índio. Terceiro: parte de sua bravura reside na esperança de libertação.

Na estância do Souza, na região de São Borja, vizinha Entre Rios, quando ali se encontrava o ilustre francês, ocorreu um pequeno incidente que pôs à mostra os subterfúgios nos quais são férteis os negros.

Um soldado e um guarani vieram de Entre Rios prender um preto, que praticara vários furtos naquelas redondezas, mas depois de executarem a diligência, no dia seguinte, não encontraram o africano. Tinha fugido. Saint-Hilaire pouca significação dá ao caso. Ele mesmo diz que – não teria interesse esse fato sem importância, se não fosse a circunstância do soldado, encarregado de capturar um ladrão, ter-se feito acompanhar de sua mulher – reminiscência do hábito índio.

Não iremos desprezar, nós que temos que exumar as mais vagas palavras sobre o preto, cultura quase secreta no Rio Grande, uma notícia reveladora da capacidade mais inferior do negro... Ele bem sabia o que lhe estava reservado ao voltar...

Não há quem não tenha observado que os negros crioulos são muito menos distanciados de nós que os da costa da África. Pode-se atribuir à educação e superioridade que mostram em relação à inteligência, mas ao mesmo tempo eles são de um negro mais escuro, sua testa é menos arredondada, seus lábios menos grossos, seu nariz menos chato; enfim não há pessoa que, com pouco de prática, não saiba distinguir um negro



crioulo de um africano. — São essas as palavras do viajante europeu sobre o tipo diferencial do afro-brasileiro que surgiu das caldeações mais diversas.

O viajante francês chegando ao Rio Grande, núcleo de primeira ordem da capitania, não encontrou água doce ou, por outra, iam procurá-lo atrás da cidade, entre montículos de areia onde tinham sido feitos poços de pequena profundidade.

Os negros vão buscá-la em barris, apanhando-a por meio de chifres de bois amarrados à ponta de varas compridas.

Outra função do preto: servir de condutor de água para a população. Elementos poderosos da economia urbana.

Em Santa Maria, um fazendeiro com 1.000 cabeças de gado não é homem rico, observa Saint-Hilaire mas mesmo assim os negros cuidam da plantação e a família do proprietário dedica-se à vida pastoril.

O sábio francês escandalizado com as danças negras, chamou o batuque de indecente, sem mais rodeio. Contudo, também, acrescentava, que poderia dizer o mesmo das danças mais decentes e mais elegantes de Montevideu. Danças que não tinham absolutamente a movimentação e a rapidez das parisienses... Tudo se reduz a uma marcha vagarosa acompanhada às vezes de atitudes muito sérias e algumas vezes muito indecorosas.

Ao dizer-se que o negro foi uma personagem do cenário agrícola, temos mais essa afirmação de Saint-Hilaire: em uma das ruas do Rio Grande existe um pequeno mercado (quitanda) onde negros, acorados, vendem hortaliças, tais como — couve, cebola, alface e laranjas.

O negro não só plantava. Vendia, também. Mas será que se alimenta de couve, cebola, alface e laranjas? Naturalmente furtava para comer.

Diz Saint-Hilaire: — Tive já oportunidade de referir ao fato de serem vendidos aqui os negros imprestáveis dos habitantes do Rio de Janeiro; quando querem intimidar um negro ameaçam-no de enviá-lo para o Rio Grande. Entretanto não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximos deles e, tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, coisa mais sadia que fatigante. Enfim eles fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.

O povoamento do Rio Grande do Sul, curiosamente processou-se de dentro para fora, do interior para a praia, com um único porto, ainda, de difícil acesso. Não projetou sua influência a barra. Os outros pontos da costa permaneceram minguados e não atingiram a mais do que povoados de cultivo de cebola. Zona arenosa que destruiu até o porto, o aglomerado mais importante e mesmo o menos importante apelou para o preto afim de não morrer soterrado. Saint-Hilaire anota: – vi negros ocupados em desentulhar os arredores das casas de seus donos, os quais me informaram serem obrigados a repetir incessantemente esse trabalho para proteção das casas – pois a oeste e a sudoeste areias de extrema fineza cansam a vista pelo seu colorido esbranquiçado, e formam montículos que vão até junto das casas situadas atrás da cidade, elevando-se tanto que ameaçam aterrar as construções.

A Saint-Hilaire não escapou a visão que distingue o negro da estância do negro da charqueada.

Afirmei, diz ele, nesta Capitania, os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizaram, mais que em outro ponto do país. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; mas nas charqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia.

Há mais de cem anos Saint-Hilaire pintava um quadro assim:

– Sempre na sala há um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é freqüentemente maltratado pelos filhos do dono. A noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa este impiedoso sistema; é freqüente em outras.

O negro na estância, entretanto, possuía quase as mesmas regalias de seus senhores, pelo menos, o stand de vida de ambos era semelhante, numa certa passagem parei, informa Saint-Hilaire, em uma estância que se compõe de miserável palhoça, aberta, e de algumas casas de negro. Revela desta maneira como habitavam brancos e africanos. A planície sugeria apenas um horizonte. Saint-Hilaire por essa ocasião ainda observa que uma viúva estancieira, a quem fora pedir um favor, encontrava-se a fiar lã para ponches grosseiros de negros. Ponches que os brancos também usavam como cheripá. A pequena manufatura nascia nas casas dos proprietários de terra, e latifundiários mais modestos, às vezes os

riscos também, eram os artifices tecelões do rudimentar traje do preto. Reflexos da parcimônia lusitana ou da falta de vendedores do que se necessitava.

Saint-Hilaire dá o seu testemunho quando no Chui: – Após o almoço despedi-me do capitão Manoel Joaquim de Carvalho, de quem hauri toda sorte de gentilezas, e que me acompanhou, a cavalo, até às margens do rio São Miguel. Esse homem era apenas um mero soldado, mas fez tais prodígios de valor que, em uma região onde quase só há brancos, guindaram-no apesar de sua cor, ao posto capitão.

Sobre o triângulo racial branco, índio e negro, o sábio francês emitira, com freqüência, muitos conceitos de paralelo assim como nestas quatro frases: – Os brancos são ingratos porque reconhecer um benefício é confessar inferioridade, o que fere o amor próprio, mas essa ingratidão é tardia e nunca vem no mesmo dia do benefício usufruído. Os negros escravos podem ser gratos porque nada lhes custa reconhecer a sua inferioridade e porque nunca esquecem o passado. Quanto aos índios não digo que esqueçam mas não tiram conclusões sobre o futuro, que é para eles, o que os sonhos são para nós, lembramos muito deles mas lebramos sem utilidade. É pois difícil sejam os índios reconhecidos porque para isso é preciso tirar conclusões do passado para o presente.

O negro para Saint-Hilaire, sempre foi superior ao índio e ao naturalista não escapava a significação do sentimento religioso, que no africano era muito mais intenso do que no aborígene.

Parando em Cachoeira, no Botucari, estranhou o viajante francês não possuírem negros os fazendeiros.

Falava o naturalista a respeito da província das Missões, que explicaram, então da seguinte maneira: – Serem a isso forçados, alugar peões a oito e doze patacas por mês, em vez de possuírem negros pondo-os em perdição.

Saint-Hilaire encontrou, próximo de Santa Maria, uma mãe preta que rezava para Nossa Senhora Aparecida a fim de que obtivesse a graça de, novamente, morar perto de seu filho. Era já grande o filho mas a negra velha desejava viver perto dele. Toda a dedicação de negro não era apenas imposta pelo senhor.

Os terríveis castigos impostos aos escravos, pelos senhores, deixavam, na sociedade da época, uma fisionomia de pavor.

Saint-Hilaire, mesmo diz que – os brasileiros são em geral prestimosos e generosos, mas o hábito de castigar os escravos embota-lhes a sensibilidade.

Uma cena que Saint-Hilaire presenciou nas margens do Jacuí, antes de Santo Amaro, mostra qualquer coisa de granítico na alma do escravocrata.

O patrão mandou seus camaradas içar o corpo de um de seus negros, que se afogara quando o barco estava em Rio Pardo.

Quando avistamos o cadáver desse infeliz, o patrão gritou: Ah, meu dinheiro! Meu dinheiro! Que me custa tanto a ganhar – Sua mulher foi, em uma piroga, presidir o enterro do corpo; sobre a sepultura foi fincada uma cruz de bambu. Quando a mulher regressou ao barco, estava banhada em lágrimas, mas a rudeza com a qual trata os escravos, fez-me crer que não chorava outra coisa senão seu dinheiro.

O viajante francês atesta, no seu livro, os mais estranhos e pesados trabalhos cometidos ao negro.

Tripulando pequenos barcos, os pretos remadores forçados puxavam a reboque embarcações à vela em dias de vento contrário. Espetáculo comum, no Jacuí ou no Uruguai, pobres africanos, conduzindo senhores e mercadorias preciosas.

Próximo à cidade do Rio Grande, o viajante francês depara com uma granja típica de açoriano. Vivendo numa palhoça o proprietário – mas seu pomar é extremamente bem cuidado e um dos maiores que o naturalista viu no Brasil.

É de notar que para cuidar desse pomar, ele, o dono emprega doze negros; certamente três jardineiros cultivariam muito melhor um espaço de terreno semelhante e conclui a observação: Os negros são naturalmente pouco ativos: quando livres só trabalham mal e com excessiva lentidão.

Os dois estados do trabalho negro: livre e escravo.

Saint-Hilaire é indispensável ao ensaísta brasileiro. O negro deve-lhe páginas cruéis e simpáticas mas, acima de tudo, verdadeiras. Diante de seu livro de viagem, o estudioso poderá atender os mais originais, sutis e preciosos conceitos de graça, psicologia, saúde, clima, agricultura, economia e sociedade.

Nicolau Dreys, foi cronista honesto, e singelo.

Dreys, referindo-se ao nosso negro, diz:

"... o negro é um bom soldado e talvez seja esta a única profissão para que ele é naturalmente próprio. Um amigo nosso, oficial superior da República Argentina, chamava os negros – Suíços da América – em referência às suas disposições guerreiras".

Havia ainda uma circunstância, como nos diz Nicolau Dreys, na sua "Notícia descritiva da Província de São Pedro": o preço inferior do escravo adquirido para o Rio Grande:

"De tempo muito remoto, quase desde a sua descoberta, o Rio Grande tem sido considerado como uma espécie de purgatório dos negros; até a explosão da guerra civil, quando um negro das outras províncias do Brasil manifestava alguma disposição viciosa, Rio Grande era o destino que se lhe infligia como um castigo; e ainda há pouco, quase todos os dias, os periódicos da corte ofereciam negros para vender, com a condição expressa de serem exportados para o Rio Grande".

O aparecimento da agricultura e o desenvolvimento das charqueadas encontraram no negro o trabalhador barato e rendoso.

O que, naturalmente, tornava o Rio Grande assustador era a manutenção da fronteira portuguesa.

As incursões platinas arrasavam os domínios particulares, e os proprietários rurais não encontravam para segurança de seus bens de campo senão o negro, que morreria facilmente na defesa do senhor.

O ambiente belicoso inspirava terror, porque aos negros, eles o sabiam, não era dado senão perderem a vida em favor de seus donos.

Entretanto, como anota, Nicolau Dreys: os negros das charqueadas do Rio Grande do Sul são bem alimentados e bem tratados pelos seus senhores, que só lhes aplicavam os castigos merecidos.

Quando se quis dar maior expansão à nossa agricultura, seguindo o exemplo do norte, começou a entrar o colono alemão, imigrante de 1824.

Os grandes períodos do trabalho braçal dos escravos negros, que sustentavam a integridade econômica do Império, não se refletiram em nosso ambiente com aquela mesma intensidade dos engenhos de açúcar, das lavouras de fumo, das plantações de algodão ou dos cafezais paulistas.

Porque o trabalho do negro foi substituído entre nós de início pelo braço alemão.

Arsène Isabelle levou suas impressões num livro intitulado "Viagem a Buenos Aires e Porto Alegre, pela Banda Oriental, Missões do Uruguai e a Província do Rio Grande do Sul, seguida de considerações sobre o estado do comércio exterior francês, e principalmente para o Brasil e o Rio da Prata".

O período da viagem é de 1830 a 1834, quatro anos portanto, e sua visita ao sul do Brasil começa nos fins de 1833 e e decorre durante todo o ano seguinte.

Vamos deixar o estudo crítico da obra de Isabelle, seu amorismo literário, defeitos e injustiças, para extrair de seu livro algumas notícias sobre o negro no Rio Grande do Sul.

Não é muita coisa, mas sempre uma dúzia de observações se consegue.

Passando a fronteira argentino-brasileira, ao aproximar-se de Alegrete no Rio Grande do Sul, já Isabelle ia em direção ao centro da província; fala de como estava organizada sua caravana: "afora os dois companheiros e eu, dizia Isabelle, o pessoal se compunha do tropeiro, quatro arreadores, sendo dois negros e um índio; o capataz e um picador (ou arreador) eram brasileiros. Caminhávamos ora a cavalo, ora a pé ou de carreta.

"Os negros de Porto Alegre vendem, por quase nada, belas peles, assim como bugios. Se os negros vendem por quase nada é porque vendem por sua conta, senão se fossem apenas encarregados pelos brancos, então os preços naturalmente seriam outros.

Todo mundo comia no mesmo prato, escreve desolado e acrescenta: "não bebíamos nunca comendo, mas depois da refeição um negro trazia um chifre cheio d'água na roda, e cada um bebia por sua vez".

Agora Isabelle está no Rio Pardo, "cidade" importante, muito povoada, e observando as comunicações fluviais grande número de barcos diz: "Partem e chegam constantemente, tem-se a certeza de ser transportado com rapidez, porque, quando o vento não é favorável quatro ou cinco negros nús remam sem parar dia e noite".

É uma regata violenta, mas os negros estão nús, maneira comum de andarem eles por essa época.

Como escravos eles tinham que fazer os trabalhos mais pesados ou de toda espécie de trabalho.

Ao chegar em Porto Alegre, vê Isabelle que "os fardos, qualquer peso que tenham, são transportados pelos negros no pátio da alfândega para serem vistoriados; aí outros negros (porque a raça africana tem no Brasil a profissão de cavalos e mula) os transportam para o seu destino".

O negro, carregador do cais e do trapiche, na rua, nas casas, servindo de guindaste e de carroça.

Isabelle desabafa e solta improperios terríveis contra a exploração do negro não só contra os da terra, como contra os colonos europeus, na América, mas essa má literatura agora não nos interessa.

Mais adiante em Porto Alegre, Isabelle anota: "Aqui, como em todas as antigas possessões espanholas e portuguesas, os negros e mulatos são operários, quer dizer, homens laboriosos, trabalhadores, aqueles que enfim tem necessidade de usar mais a sua inteligência, mas tem a desgraça de serem escravos e, sobretudo de serem negros".

Não escapou ao atilado viajante francês que aos escravos negros se tinham dado todos os ofícios e as pequenas atividades artísticas no Brasil e que Porto Alegre, como no Brasil e na América, o negro era operário e artífice, o único, o mais produtivo e o mais explorado.

Isabelle não se contém e aproveita para escrever uma catilinária em regra contra os senhores de escravos.

Descreve então os castigos de negros que presenciou em Porto Alegre, no ano da graça de 1834, com estas palavras: "Cada dia, das sete às oito horas da manhã, pode-se assistir em Porto Alegre, a um drama sangrento, ponto de reunião na praia, ao lado do arsenal, de frente da Igreja, diante do instrumento de suplício do divino legislador, vereis uma coluna erguida num maciço de alvenaria e ao pé... uma massa informe, alguma, coisa certamente pertencente ao reino animal que não podeis classificar entre humanos bípedes... é um negro"!

E adiante, menos patético, mas mais preciso: "Um negro condenado a duzentas, quinhentas, mil, seis mil fustigadas de relho".

"Como tratamos nossos cães", esclarece sem subterfúgios Isabelle. "Começam mesmo por assobiar, e se eles (negros) não vem imediatamente, recebem duas ou três bofetadas da mão delicada metamorfoseada em mulher-víbora"...

A narrativa sobre os castigos continua: se o negro não apanha da senhora leva ponta-pés e socos do amo ou então é espancado pelos dois: o senhor e a senhora.

Mas se o infeliz, resmungando, fala entre dentes, é então atado no primeiro poste, naturalmente há em toda a parte vários com esse fim, e o negro termina surrado até derramar sangue.

"O senhor e a senhora vem, com grande alegria no coração", assistir ao flagelo daqueles, diz Isabelle, "que apenas cometeram o erro bem inocente de não ter sabido adivinhar os caprichos de seus senhores e patrões!"

Insiste nos detalhes dos castigos de negros: os senhores e senhoras de escravos armados de relho, pau, barra de ferro ou corda, surrando negro até levantar a carne então lavada em sangue, lugar onde depois mandavam botar sal com pimenta para curar as feridas, assim como se tratavam os vermes e bicheiras dos animais.

"Vi mais ainda, diz, há senhoras assaz bárbaras, principalmente no campo para fazerem incisões nas faces, espáduas, nádegas, coxas de seus escravos, a fim apenas colocar pimenta".

Assegura que outros senhores de escravos levam seu furor frenético até o ponto de assassiná-los.

Disso não guardam o menor remorso, além de atirarem o negro numa cova como se fosse um cachorro; quando se perguntava por esse escravo desaparecido, respondiam com a maior sem-cerimônia, naturalmente acompanhado de gestos e palavras pomográficos, que o negro morreu e estava, então tudo acabado.'

Isabelle, desolado com todos esses vícios e crueldade de uma sociedade escravista, reconhece que existe uma lei mandando punir senhor assassino de escravos, mas a lei não é para os fortes, conclui entristecido o viajante, que saíra do Havre para ver todas essas misérias da escravidão.

Termina Arsène Isabelle seu livro com mais uma referência somente, sendo que agora é para dizer que "Feitoria", lugar situado nos arredores de Porto Alegre, tinha esse nome porque ali antigamente se vendiam escravos.

Este costume de beber somente depois de ter comido, é geral no meio das tribos indígenas de todo o Brasil, Paraguai e Buenos Aires.

Aí está o negro desempenhando, como escravo, a função de criado. Escravo está evidente que é o negro, pois o índio teve uma referência à parte.

No papel de criado, sua posição é mais humanizada, uma vez que ele bebe no mesmo chifre que serviu de copo para o seu senhor, o que não é pouco, quando as concessões ao negro eram tão restritas.

Foram essas as únicas citações de negros escravos que Isabelle fez ao passar pelo sul do Brasil, citações interessantes para o estudo de alguns aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul.

## **VI – Pesquisas**

O presente estudo, simples conferência, não inclui, para manter as proporções de um trabalho deste gênero, os seguintes problemas:

- Aspecto Filológico
- Aspecto Econômico
- Aspecto Jurídico
- Aspecto Sociológico, etc.

Também não foram nem sequer examinadas as diversas posições científicas das numerosas e importantes escolas antropológicas ou etnográficas estrangeiras, tais como algumas que são as enumeradas abaixo:



– Franz Boaz (1859-1942) prof. da Universidade de Columbia, em New York, e a Escola Norte-Americana;

– Leo Frobenius, Prof. da Universidade de Frankfurt sobre o Meno, e a Escola Alemã;

– Mendes Corrêa, prof. da Universidade do Porto, e a Escola Portuguesa;

– Sir James George Frazer e a Escola Inglesa;

– Maurice Delafosse e a Escola Francesa; Théodore Monod e o Instituto Française d'Afrique Noire.

Não aparece a literatura de outros países com interesse na África: Bélgica, Holanda, Espanha, Itália, etc.

Evidente, que se poderia levantar uma bibliografia estrangeira sobre "africanologia" mas não é este o propósito que nos levou a um estudo generalizado e superficial de história apenas regional. As citações dos autores devem ser completadas, o que não se fez. As escolas por sua vez são apenas uma afirmação que necessita ser desenvolvida.

Notar-se-á, também, a falta dos nomes brasileiros.

Deve-se a Gilberto Freyre a valorização e o renascimento científico do exame do problema do negro. Antes do "mestre de Apipucos", lugar onde ele vive, na sua cidade natal, não se cogitava de uma análise erudita do assunto e o caso estava relegado a modesto segundo plano. De modo que ele é realmente figura central.

Salientem-se, no país, ainda o seguinte:

– Congressos Afro-Brasileiros (3),

– Estudos baianos,

– Estudos mineiros,

– Estudos pernambucanos.

– Mario de Andrade, o grupo de S. Paulo Paulo, Faculdade de Filosofia e a Escola de Sociologia. Roger Bastide, Rossini Tavares de Lima, Donald Pierson, Mário Wagner, Otávio Eduardo, etc.

– Arthur Ramos e a Faculdade Nacional de Filosofia. A antiga Universidade do Distrito Federal.

Investigações no Maranhão, Alagoas e Rio Grande do Norte. Théo Brandão.

– A religião, Edison Carneiro e a nova geração. Os inquiridos de Gonçalves Fernandes.

– Aires de Mata Machado, João Dorras Filho e Nelson de Sena; a história e a filologia.

– Os precusores e João Ribeiro.

– A linguagem: Renato de Mendonça e Jacques Raymundo.

– A pesquisa nos diversos campos: Sociologia, Antropologia, Etnografia, etc.: – Renato Almeida e a Comissão Nacional de Folclore; – Luiz da Câmara Cascudo.

– Estudos gaúchos. Apolinário Porto Alegre, Alfredo Varela e Aurélio Porto. A pesquisa monográfica, os trabalhos atuais. Enio de Freitas e Castro e as congadas. Comissão Sul Riograndense de Folclore.

Finalmente, encerro esta rápida e falha relação para destacar a obra de grandes pesquisadores atuais, especialistas em temas africanos, que estiveram no Rio Grande do Sul.

– Gilberto Freyre – ilustre sociólogo brasileiro esteve duas vezes no Rio Grande do Sul. Escreveu diversos trabalhos na imprensa do país e aludiu à influência africana no nosso estado. Publicou dois notáveis ensaios: "Continente e Ilha" e "Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul", ambos os trabalhos, como se vem, estão dedicados à Província de São Pedro.

– Melville Jacobs Herkovits – Sábio norte-americano, nascido em Ohio no ano de 1895 e desde 1927 professor de antropologia na Northwestern University, Evanston, arredores de Chicago. Em 1924, iniciou famosas pesquisas antropológicas do negro norte-americano.

Realizou investigações referentes ao negro no Dahomey, Guiana Holandesa, Trinidad, Haiti e Bahia. M. Francis Herkovits, sua esposa, colabora com ele. Esteve no Rio Grande do Sul e publicou suas observações sobre o negro aqui: "Extremo Sul dos Africanismos no Novo Mundo". Pesquisa notável, traduzida pelo Prof. Elpídio Ferreira Paes e publicada nos Anais da Faculdade Católica de Filosofia, em 1943.

– Roger Bastide – sociólogo francês que lecionou muitos anos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O distinto mestre da Sorbonne estudou, no nosso país, o problema do negro, escrevendo livros e monografias indispensáveis pela sua importância e originalidade.

Esteve, no Rio Grande do Sul, e publicou suas observações sobre o negro gaúcho num trabalho intitulado: "Le Batuque de Porto Alegre", que apresentou ao 29º Congresso Internacional de Americanismo, reunido em 1952 nos Estados Unidos.

As três eminentes autoridades – Gilberto Freyre, Melville J. Herkovits e Roger Bastide – atestaram a existência do negro sul-rio-grandense.